

nava todos aqueles que tivessem cometido crimes anteriores a 1964 — o dia 31 de março, especialmente — eliminando e proibindo que a anistia abrangesse os líderes políticos que no passado divergiram, publicamente, da linha do Governo.

Mas, meus amigos, meus companheiros, Srs. Congressistas, a emenda substitutiva deste ano, com a assinatura dos mais importantes líderes da Oposição, era ainda mais restrita e mais injusta, porque condicionava — e disto não se aperceberam — que os crimes políticos, para serem considerados como tais, dependeriam de definição pela lei, pelos atos institucionais e pelos atos complementares. E quem buscar a legislação não encontrará, em toda ela, nenhuma definição do que seja crime político. Portanto, alijava a todas essas pessoas que, hoje, ela quer anistiar, como se fosse a única razão do projeto de anistia.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Oposição não pode falar em nome da Nação, não pode exigir deste Congresso um comportamento que seja de acordo com as suas contradições... (Gritos nas galerias e no plenário. O Sr. Presidente faz soar a campanha.) ... Porque no próprio substitutivo constituído pela Emenda n.º 7, apresentado perante a Comissão Mista, também ali está escrito "anistia restrita". Ela, também, não é restrita, desde o momento em que, no seu art. 2.º, parágrafo 1.º, e no seu art. 7.º, excepciona, exatamente, contrariando não a pregação da Aliança Renovadora Nacional, mas a pregação de muitos de seus companheiros.

Vou ler, aqui, palavras textuais do eminente Deputado Tarcisio Delgado, integrante da Comissão Mista, que lá afirmava:

"Ao contrário de rememorar momentos tão dolorosos, se quisermos recordar as conseqüências funestas de um assalto expropriatório ou os horrores monstruosos das torturas, melhor seria de que não nos ocupássemos dessa matéria, melhor seria que não falássemos da anistia."

Esta é a voz também da Oposição, mas ela, no seu substitutivo, não atendeu a essa pregação.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, melhorado com a aprovação de mais de 80 emendas, pela dignidade, pelo valor, pelo passado e convicções democráticas do eminente colega nosso, Deputado Ernani Atyro (Palmas! Apupos! A galeria se manifesta) é necessário que registremos, neste momento histórico da Nação brasileira, que o projeto não consulta por inteiro a todos as nossas aspirações, a todos os nossos desejos. Muitos de nós queríamos que ele fosse melhorado, queríamos que ele fosse ampliado, mas preferimos ter, no início da abertura, alguma coisa por onde começar; e não é só a voz do partido do Governo; figuras respeitáveis do Movimento Democrático Brasileiro têm essa mesma posição.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vamos votar e aprovar este projeto, porque sabemos que o Presidente Figueiredo, que soube honrar os seus compromissos em praça pública, iniciou a abertura política — é bom que todos atentemos, estamos iniciando a abertura política, não estamos no seu final — e devemos aproveitá-la em benefício da Pátria e de todos os brasileiros, não prejudicá-la por causa de uma minoria. (Palmas.) Outras medidas haverá de vir, outras medidas virão e estaremos aqui para lhe dar o nosso apoio.

Sr. Presidente, como membro da Comissão Mista do Congresso Nacional, que apreciou a anistia, não posso deixar passar esta oportunidade sem fazer um registro. Até o momento da leitura do relatório do Deputado Ernani Atyro, pela primeira vez na História, a liderança do meu Partido não foi procurada, uma vez sequer, para debater, para negociar, para obter a melhoria deste projeto. Preocupou-se a Oposição em ocupar os espaços dos jornais, esquecendo-se do verdadeiro projeto, que tinha que receber a sua colaboração.

Votaremos, Sr. Presidente, pela aprovação, de cabeça erguida, pensando na Pátria e no amanhã, do substitutivo do Deputado Ernani Atyro.

Tenho dito. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (MDB — RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Aqui está este Congresso lotado, como nós da Oposição gostaríamos que estivesse permanentemente, acompanhando todos os atos desta Casa, como acontecerá quando este Congresso voltar a ter os direitos de decidir e não apenas de homologar. (Muito bem! Palmas. Manifestações das galerias.)

Este Congresso voltará a ter o povo nas galerias para exercer o legítimo direito de pressão, para que nós possamos votar repre-

sentando a vontade do povo brasileiro. (Muito bem! Palmas. Manifestações das galerias.)

Aqui estão brasileiros que há meses — do Amazonas ao Rio Grande do Sul — vêm ao Congresso Nacional debater e analisar as suas emendas, aqui estão brasileiros lutando por uma anistia ampla, geral e irrestrita. Aqui, também estão, liberados pelos seus chefes, funcionários públicos que nós recebemos de braços abertos, esperando que os seus chefes os liberem, para, no futuro, voltarem mais vezes, para ouvir o Congresso Nacional.

Estamos realizando uma sessão com quinze anos de atraso. Quinze anos depois, iniciamos a anistia, a anistia que está sendo votada pela vontade da Nação e não pela vontade do Presidente. (Palmas.) Este Presidente que serfuiu na própria carne e na própria família o que significa a anistia e que teve a felicidade de, ao mesmo tempo em que chorou as lágrimas do seu pai, atingido pelas cassações e pela violência, também o viu chegar a general, fruto da anistia que ele não quer dar, hoje, aos seus colegas de farda, de ontem. (Muito bem! Palmas.) Este Presidente anuncia a anistia para o Dia do Soldado, o Dia de Caxias, mas não quer imitar o seu Patrono, o Duque de Caxias. Se ele imitasse Caxias, a anistia que estaríamos votando não seria esta, seria a anistia que Caxias deu aos revoltosos Farrouphilhas do meu Rio Grande do Sul. (Palmas.) Seria a anistia dada imediatamente após a vitória, seria a anistia em que aqueles que lutaram e mataram, que se declararam independentes no Estado, da República de Piratini, receberam a oportunidade de ocuparem no Exército do Império os mesmos cargos que ocupavam no Império Piratini. Era o Brasil, onde Caxias, quando lhe chamavam para fazer um *Te Deum* em homenagem aos que ganharam, ele respondia: Vão lá, façam uma missa em homenagem aos que morreram e irei assisti-la, porque isto é o justo.

O projeto que estamos votando é um projeto que debocha, debocha da Nação, porque dá anistia aos trabalhadores que foram despedidos dos seus empregos, é ridículo, porque não dá garantia da recuperação dos seus empregos; dá anistia aos estudantes, mas não diz porque nem para que; exige que os intelectuais, juristas, cientistas que no mundo inteiro se impuseram à admiração e ao respeito, tenham que fazer um requerimento para que possam voltar e, para voltar, depende da vontade do funcionário, da existência de vaga. É uma anistia que, ao invés de conciliar, reabre velhas chagas que estavam adormecidas, porque esses milhares de funcionários civis e militares, esses milhares de trabalhadores, esses milhares de estudantes estavam esperando a anistia, mas estavam esperando anistia como ato de paz e o Governo reabre as chagas, porque a cada trabalhador, a cada intelectual, a cada estudante, a cada cientista que o Governo disser não...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana. Fazendo soar a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (MDB — RS) — Termino, Sr. Presidente. ... que o Governo recusar, o Governo estará recusando pela segunda vez, o Governo estará expurgando pela segunda vez, o Governo estará dizendo não pela segunda vez.

A Bancada do MDB, Sr. Presidente, atendendo aos reclamos da Nação, apresentou centenas de emendas, tentando aperfeiçoar este projeto, apresentou substitutivo, ouviu a vontade da Nação brasileira. Mas o que se tem que esclarecer aqui, é que, em cima desse projeto, em cima da chamada abertura, o que o Governo quer é manter a Nação presa sob o arbitrio e sob a pressão, e lançar o seu novo esquema... (Manifestações das galerias) ... de arbitrio e de prepotência, para que não possamos, realmente, libertar-nos e buscar a nossa liberdade política e democrática.

Sr. Presidente, essa é apenas uma etapa, porque posso dizer a V. Ex.^a que o MDB, ainda hoje, haverá de continuar a campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita. (Manifestações das galerias.) Ainda hoje, Sr. Presidente, derrotado o substitutivo do MDB, a palavra de ordem é continuar, e ainda hoje, à noite, pelo Brasil inteiro, falarmos em anistia ampla, geral e irrestrita.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!) (Palmas prolongadas.) (Manifestações das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aloysio Chaves.

O SR. ALOYSIO CHAVES (ARENA — PA. Para encaminhar a votação. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Muito se há escrito neste País, como no estrangeiro, a respeito do instituto da Anistia. Muito se há dito sobre essa apaixonante matéria — da tribuna da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Não iremos agora, no curto espaço de tempo para encaminhamento da votação, em nome da Maioria, fazer um escorço, ainda que breve e incompleto, de natureza histórica ou jurídica, sobre a anistia.